

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE

CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE

LUIZ RAPHAEL D'EMERY DUARTE

**ECONOMIA BRASILEIRA SOB A TUTELA DOS GOVERNOS
MILITARES E SEUS PLANOS 1964 - 1984**

CARUARU-PE

2015

LUIZ RAPHAEL D'EMERY DUARTE

**ECONOMIA BRASILEIRA SOB A TUTELA DOS GOVERNOS
MILITARES E SEUS PLANOS 1964 - 1984**

Trabalho de Monografia apresentado ao Curso de Ciências Econômica da Universidade Federal de Pernambuco - CAA, como requisito para obtenção do título de graduação em Ciências Econômicas.

Orientador: Marcio Miceli Maciel de Sousa

CARUARU-PE

2015

Catálogo na fonte:
Bibliotecária - Simone Xavier CRB/4-1242

D812e Duarte, Luiz Raphael D'Emery.
Economia brasileira sob a tutela dos governos militares e seus planos 1964 - 1984. /
Luiz Raphael D'Emery Duarte. - Caruaru: O Autor, 2015.
49f. il. ; 30 cm.

Orientador: Márcio Miceli Maciel de Sousa.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de
Pernambuco, CAA, Economia, 2015.
Inclui referências bibliográficas

1. Regime militar - Brasil. 2. Planos econômicos. 3. Crescimento econômico. 4.
Endividamento. I. Sousa, Márcio Miceli Maciel de. (Orientador). II. Título

330 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2015-150)

LUIZ RAPHAEL D'EMERY DUARTE

**ECONOMIA BRASILEIRA SOB A TUTELA DOS GOVERNOS
MILITARES E SEUS PLANOS 1964 - 1984**

Trabalho de Monografia apresentado a
Universidade Federal de Pernambuco - CAA,
como requisito para obtenção do título de
graduação em Ciências Econômicas.

Caruaru, 20 de agosto de 2015

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientador: Prof. Marcio Miceli Maciel de Sousa

Prof. Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa

Prof. José Valdecy Guimarães Júnior

Dedico esta monografia primeiramente à Deus, depois aos meus pais, família e a todas as pessoas que contribuíram e tornaram possível a minha formação.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível, graças à orientação precisa, recebida do professor Marcio Miceli Maciel de Sousa, e a dedicação de todos os professores ao decorrer de minha graduação, apoio de meus pais, irmãos e amigos.

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo analisar dentro do contexto internacional durante o regime militar, o conteúdo dos planos de desenvolvimento econômico brasileiro, elaborados pelos cinco generais que estiveram à frente do Brasil durante esse período, bem como os seus resultados e repercussões para a economia brasileira e a qualidade de vida da população. A metodologia utilizada foi: pesquisa em artigos acadêmicos, livros e revistas eletrônicas; dos quais foram extraídas as principais abordagens histórico-econômicas e sociais, demonstrando não apenas o panorama político e econômico e as mudanças trazidas dos últimos anos do governo de João Goulart, inclusive os motivos do golpe militar, como também os resultados destas trazidas por Castelo Branco e Costa e Silva que possibilitaram o milagre econômico brasileiro tendo o auge alcançado durante o governo Médici. Além disso, foram destacadas as consequências do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) sobre o seu comportamento diante do primeiro e segundo choque do petróleo; e citado o governo Figueiredo, dividido em três fases: continuidade do crescimento, crise pelo endividamento e retomada ao crescimento. Dessa forma, foi possível concluir que os governos dos militares trouxeram uma série de ajustes para conter a inflação sem se preocupar com a popularidade do governo. E, em seguida, um crescimento histórico da economia nacional acompanhado pela expansão da economia internacional e, logo após, duas grandes crises externas - o primeiro e segundo choque do petróleo – provocando assim a chamada “crise por endividamento” em meados do governo Figueiredo.

Palavras Chave: Regime Militar, Planos Econômicos, Endividamento; Crescimento Econômico.

ABSTRACT

This paper aims to analyze within the international context during the military regime, the contents of Brazilian economic development plans drawn up by the five generals who were ahead of Brazil during this period as well as the results and impacts on the Brazilian economy and the quality of life of the population. The methodology used was: Research in academic articles, books and electronic journals; of which the main historical and economic and social approaches were taken, showing not only the political and economic environment and the changes brought about the last years of John Goulart government, including the reasons for the coup, as well as the results of these brought by Castelo Branco and Costa e Silva that enabled the Brazilian economic miracle achieved only during the Medici government. Moreover, the consequences were highlighted II PND (National Development Plan) about your behavior at the first and second oil shock; and cited the Figueiredo government, divided into three phases: continued growth, the debt crisis and resume growth. Thus, it was concluded that the governments of the military brought a series of adjustments to curb inflation without worrying about the government's popularity. And then, a historic national economic growth accompanied by the expansion of the international economy and, soon after, two major external shocks - the first and second oil shock - thus causing the so-called "debt crisis by" in the middle of the Figueiredo government.

Keywords: military regime, Economic Plans, Debt; Economic growth.

LISTA DE TABELAS

TABELAS 1 - Balança comercial e transações correntes: 1968 a 1973	29
TABELA 2 - Evolução da Dívida Externa, da Inflação e do Produto Interno Bruto (PIB) – 1972 a 1984	38

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Dívida Externa e Variações das Reservas 1968 a 1973 em U\$S milhões...30	30
GRÁFICO 2 - Evolução da Taxa de Crescimento do PIB 1968 a 197331	31
GRÁFICO 3 - Exportação e Importações 1968 a 1973.....31	31
GRÁFICO 4 - Comportamento do PIB da indústria, agricultura e setor de serviços entre 1974 a 197934	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN - Banco Central do Brasil
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH – Banco Nacional de Habitação
CIP – Comissão Interministerial de Preços
CMN - Conselho Monetário Nacional
CONEP – Comissão Nacional De Estabilização Dos Preços
EUA – Estados Unidos da América
FGTS – Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço
FMI – Fundo Monetário Internacional
IC - Imposto Sobre Consumo
ICM - Imposto Sobre a Circulação de Mercadoria
IPA - Preços ao Produtor Amplo
IPI - Imposto Sobre o Produto Industrial
ITT - International Telephone Telegraph
IVC - Imposto de Vendas e Consignação
JK - Juscelino Kubitschek
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
ORTN - Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
OTN - Obrigações do Tesouro Nacional
PAEG - Programa de Ação Econômica do governo
PED - Plano Estratégico de Desenvolvimento
PIB – Produto Interno Bruto
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PTN - Partido trabalhista Nacional
SFB - Sistema Financeiro Brasileiro
SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
PROBLEMÁTICA	13
OBJETIVO GERAL.....	13
OBJETIVOS ESPECIFICOS	13
CAPÍTULO I - O BRASIL AS VÉSPERAS DO GOLPE MILITAR DE 1964 E OS PRIMEIROS ANOS DE REGIME MILITAR DO GOVERNO CASTELO BRANCO....	15
CAPÍTULO II – FUNDAMENTOS DO MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO E SUAS REPERCUSSÕES.	25
CAPÍTULO III - GOVERNO GEISEL E O SEGUNDO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO.....	32
3.1 Primeiro e Segundo choque do Petróleo	34
CAPÍTULO IV– O GOVERNO FIGUEIREDO.....	39
4.1. Crescimento por endividamento e suas consequências 1979-80	40
4.2. Intervenção Externa, Recessão - 1981 a 1983	42
4.3 Retomada ao Crescimento – 1984.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

O crescimento econômico brasileiro, no Regime Militar, foi de grande importância para a formação do panorama econômico atual, porém todos os investimentos e formas de crescimento adotado pelo regime trouxeram consequências, principalmente pelo seu elevado índice de endividamento e a forte repressão ao povo brasileiro, que sofria com os constantes distúrbios da inflação (GREMAUD, 2011).

A importância do presente estudo é buscar e demonstrar os principais indícios econômicos e sociais que levaram ao Golpe Militar. Posteriormente, destacar as consequências das políticas econômicas para o desenvolvimento e crescimento industrial, apontando, ainda, as principais causas da inflação e as medidas adotadas para combatê-la. Sendo necessária para buscar a conclusão deste estudo, pesquisas em artigos acadêmicos, livros e revistas eletrônicas; dos quais foram extraídas as principais abordagens histórico-econômicas e sociais explanando os principais fatos que levaram ao golpe militar, recessão, políticas econômicas bem como a influência externa em nossa economia.

Para melhor compreender este cenário econômico, estudaremos no primeiro capítulo as razões que levaram ao Golpe Militar, analisando a crise política trazida pela transição de Jânio Quadros para Goulart, sendo agravadas por conta de sua política aberta e independente, com tendências comunistas e reações da oposição contra sua posse, e, por fim, uma investigação sobre as razões que trouxeram o Golpe Militar e crise política, econômica e social que assombrou todo o seu governo.

Ainda foi avaliado no início do Regime Militar, seus planos e a dura recessão implantada para combater a inflação brasileira, assim como o déficit no balanço de pagamento, o seu Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG e resultados econômicos e políticos. Trazendo estudos sobre toda a sua política, anti-inflacionária, salarial e de corte de gastos, e também a reformulação monetária, financeira e tributária.

O segundo capítulo investiga os resultados econômicos ocorridos entre 1967 – 1973, analisando o cenário econômico externo e sua influência na prosperidade econômica brasileira, colocando em evidência a intensificação das políticas por endividamento, alavancadas pela taxa de juros favoráveis. Assim como os resultados econômicos obtidos neste período, como controle inflacionário, controle na balança comercial em detrimento do crescimento da dívida externa bruta.

O terceiro capítulo trouxe a análise do freio do crescimento como consequência do primeiro e segundo choque do petróleo, aumento da taxa de juros externa, restringindo os empréstimos a primeiro momento, e, posteriormente a criação de um novo mercado financeiro, os petrodólares, no qual passou a sustentar o ritmo dos empréstimos brasileiros e alimentando a explosão da dívida externa.

O quarto capítulo demonstra a transição do regime militar para a volta da democracia. Sendo o Governo Figueiredo o último dos presidentes militares, dividido em três fases: a primeira de 1979 a 1980, trazendo a continuidade do crescimento; a segunda fase entre 1981 a 1983, com uma profunda recessão; e, finalmente, a terceira fase em 1984, com a retomada do crescimento e do presidencialismo.

PROBLEMÁTICA:

As mudanças ocorridas no contexto internacional na época do regime militar tiveram influência na definição do conteúdo em cada um dos planos econômicos durante o período citado? Houve mais semelhanças ou diferenças na dimensão econômica, política e social durante o governo dos cinco generais brasileiros?

OBJETIVO GERAL

Analisar, dentro do contexto internacional a época, o conteúdo dos planos de desenvolvimento econômico brasileiro elaborados pelos cinco generais que estiveram à frente do Brasil durante o período citado, bem como, os seus resultados e repercussões para a economia brasileira e a qualidade de vida da população.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Compreender os motivos pelos quais o golpe militar foi introduzido no Brasil e as principais mudanças propostas em relação às reformas anunciadas por João Goulart.
- b) Analisar as medidas econômicas, políticas e sociais adotadas durante os governos de Costa e Silva e Castelo Branco e os seus respectivos resultados.

- c) Analisar os principais fundamentos do milagre econômico e suas repercussões para a economia brasileira durante o Governo Médici.
- d) Avaliar os objetivos propostos pelo II PND e os resultados alcançados durante o Governo Geisel.
- e) Avaliar as três fases do Governo Figueiredo e as condições criadas para que ocorresse o processo de redemocratização.

CAPÍTULO I - O BRASIL AS VÉSPERAS DO GOLPE MILITAR DE 1964 E OS PRIMEIROS ANOS DE REGIME MILITAR DO GOVERNO CASTELO BRANCO

O candidato Jânio Quadros foi eleito como presidente em 31 de janeiro de 1961, pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), tendo como vice pela oposição João Goulart, com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O novo governo herda profundos problemas macroeconômicos onde a inflação começa a tomar destaque, assim como a perda de dinamismo da economia, problemas que posteriormente acabaram gerando crises sociais e econômicas (GIAMBIAGE 2011).

Entre as primeiras medidas de Jânio Quadros estavam: a) a desvalorização e unificação do mercado cambial; b) a contenção dos gastos públicos – evidentes e extravagantes no governo JK –, c) uma política monetária contracionista, redução de subsídios etc., inicialmente com o objetivo para seu primeiro ano a recuperação do crédito internacional e a estabilização doméstica, assim como em sua política externa, criou uma nova relação entre Cuba e a União Soviética (GIAMBIAGE 2011).

Características ortodoxas ajudaram a recuperar a confiança das entidades financeiras internacionais, assim como o Fundo Monetário Internacional (FMI), garantindo a renegociação da dívida externa. Porém, inesperadamente, em 25 de agosto de 1961 houve a renúncia de Jânio Quadros, assumindo, segundo a Constituição vigente, João Goulart, recebendo a notícia quando realizava sua viagem à China Comunista. (GIAMBIAGE 2011).

Com a posse de João Goulart, houve diversos distúrbios políticos, devido a sua tendência comunista, onde os setores militares e civis foram o arco para organização de forças legislativas, levando o congresso a adotar uma ação conciliadora, trazendo assim, uma mudança de forma de governo para o parlamentarismo, diminuindo os poderes do presidente Goulart, oficializando sua posse em 7 de setembro de 1961. Entre o governo Parlamentarista, foram nomeados como primeiro Ministro Tancredo Neves e como Ministro da Fazenda, o banqueiro embaixador Walter Moreira Sales. (GIAMBIAGE, 2011).

O programa de Governo apresentado por Tancredo Neves definia, como principal problema, a insuficiência da taxa de crescimento da economia, causados pelo baixo grau de investimento e sua composição inadequada. Entre os objetivos de seu plano – ressaltando que nem todos possuíam uma característica desenvolvimentista – estava implantar uma taxa de crescimento da economia de 7,5% ao ano; absorver a mão de obra subempregada; diminuir as tensões acarretadas dos desequilíbrios sociais; atenuar o desequilíbrio no balanço de

pagamento; corrigir os desequilíbrios regionais e corrigir as deformações estruturais, (ABREU, et al, 1990).

Estes objetivos seriam alcançados pela elevação da taxa de poupança, através da reforma fiscal e contenção de déficits de custeio das empresas públicas, estabeleceria prioridades e corrigiria desperdício para melhorar a distribuição dos investimentos, juntamente com técnicas de planejamento. (ABREU, et al, 1990).

Na política monetária e bancária foram estabelecidos controle de crédito, afim de manter a oferta monetária constante em termos reais. E ainda estabeleceu mecanismos de depósitos compulsórios sobre depósitos à vista dos bancos privados. Quanto às reformas institucionais foram a criação do Banco Central e do Banco Rural e a reforma da legislação bancária, buscando suas consolidações e medidas de estímulo ao mercado de capitais. (ABREU, et al, 1990).

Na Política Fiscal, de forma emergencial, foi aplicado o Plano de Economia de Gastos Aprovados por Quadros¹, desta forma, financiar o déficit programado de 1962 não inflacionariamente, abrangendo a necessidade de programar os investimentos públicos em bases plurianuais, de uma reforma administrativa do setor público fiscal, possibilitando o aumento de formação bruta de capital fixo de 14% para 23,75% do PIB em cinco anos, (ABREU, et al, 1990).

Segundo Mesquita [s. d.], o último trimestre de 1961, se destacou pelo déficit público e acarretado pela política monetária expansionista, a taxa de crescimento anual dos meios de pagamento se elevou de 33% em dezembro de 1960 para 40% em junho de 1961 e 51% em dezembro do mesmo ano. Diante de sinais da renovada aceleração inflacionária no início do ano houve um aumento do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) de 6,2% em janeiro e das perspectivas de aumento do déficit público, trazidos pela elevação esperada no dispêndio com o funcionalismo e com subsídios a empresas estatais.

O governo adotou no final de março de 1961 políticas econômicas contracionistas em destaque a contenção fiscal e de crédito. Sendo sua prática, em parte, vetada pela oposição presencial devido à crescente oposição e em vista da aproximação do prazo de desincompatibilização para as eleições de outubro, o gabinete Neves renunciou em fins de junho de 1962.

A política econômica externa sob o controle parlamentarista caracterizou-se por, segundo Mesquita [s. d.] p.11

¹ Realizou uma reforma no sistema de câmbio e iniciou tentativas de renegociação da dívida externa Pereira, 2010.

- A volta ao sistema de câmbio flutuante;
- A negociação do primeiro Acordo Internacional do Café;
- A aprovação da Lei nº 4131, a chamada Lei de Remessa de Lucros, que ainda regula aspectos importantes dos fluxos de capitais entre o Brasil e o exterior.

Segundo Mesquita [s. d.], a Política Econômica, apesar da crise política, obteve significantes resultados, alguns foram resultado da maturação de investimentos feitos no governo JK, onde cresceu 8,6% em 1961, porém acompanhada de uma inflação de 47,8 % e recuo no ritmo de investimento com uma queda de sua taxa para 13,1% do PIB. Sempre se mantendo fiel às políticas fiscais e de crédito traçadas em seu plano. Contando ainda com o crescimento do déficit público e expansão monetária para cobri-lo.

Segundo Abreu, et al, (1990), esta perda de controle ocorreu após a tentativa de Goulart de renegociar a dívida externa perante os Estados Unidos da América (EUA), assim como novos empréstimos. Em seguida, com divergências entre o governo e o gabinete, acertase o fim da gestão de Tancredo Neves. Escolhido pelo parlamento após forte pressão sindical entre outros fatores, Brochado da Rocha tornou-se o novo primeiro ministro, porém com uma rápida gestão, trazendo novas pressões para o plebiscito.

Segundo Grimaud (2011), após o fim do Regime Parlamentarista, com o plebiscito em 6 de janeiro de 1963, foi publicado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, com o intuito de conter a queda na taxa de crescimento da economia, assim como, a inflação, principal problema da classe operária. Entre os integrantes de seu gabinete temos; Hermes Lima, João Mangabeira, Santiago Dantas e Celso Furtado.

Os principais objetivos do plano eram: a) a garantia da taxa de crescimento do PIB em 7% a.a.; b) A redução da taxa de inflação para 25% em 1963; c) o aumento real do salário; d) a realização da tão esperada e imprescindível reforma agrária; e) a tentativa de renegociação da dívida externa. Entre o plano destacam-se a imposição dos limites ao capital estrangeiro, a ampliação e fortalecimento na presença do Estado na economia, o fortalecimento do mercado interno, uma maior distribuição de renda, entre outras. (BRUM, 2009).

Segundo Eduardo (2012), o Plano Trienal tinha como meta o combate inflacionário, decorrentes da inflação de demanda, baseando-se na contenção do crédito e gastos, prevendo o corte de 1/3 destes dispêndios, o que faria o déficit potencial de Cr\$ 774,9 bilhões cair para Cr\$ 300 bilhões, ou seja, reduzir mais do que a metade.

Entre suas primeiras medidas para conter o déficit do setor público tem-se: a) correções salariais inferiores que a inflação, ou seja, de 40% enquanto a inflação estava na casa dos 50% em 1962; b) redução dos subsídios e o consumo do governo, em destaque o trigo, combustíveis e lubrificantes derivados do petróleo. Com a saída do subsídio, houve uma pressão momentânea na inflação de curto-prazo, a chamada inflação corretiva. Todavia, a defesa desses preços também não estava colaborando no combate à inflação, pois "as emissões de papel-moeda efetuadas para atender ao pagamento dos subsídios tiveram certamente reflexo inflacionário maior do que o que se procurava evitar", (Eduardo, 2013)

O Plano trienal implica que, os motivos da inflação brasileira são os desequilíbrios, aqueles do setor público e os do setor externo. (ABREU, et al, 1990). O déficit do setor público acarretado pelos profundos investimentos governamentais sem uma base sólida de financiamento exigiram emissões excessivas de moedas que provocaram o aumento nos preços (Eduardo 2013 apud Plano Trienal 2011: 17).

Os desequilíbrios do setor externo deviam-se à insuficiência crônica da capacidade de importar do país, consequência do processo de industrialização em curso. Portanto, este tipo de inflação pode ser rotulado de inflação estrutural (Eduardo, 2012, p. 10).

Não se pode deixar de lado outro elemento fundamental para formulação do plano: o nível de importação se torna fator primordial para a estratégia do Plano Trienal de estabilizar a economia sem comprometer a taxa de crescimento de 7% ao ano. No caso, este fator tinha um peso muito grande, levando em consideração a valorização do Dólar em relação a moeda local e a acumulação de dívidas de tanto da indústria doméstica quanto a dívida externa do país, e a diminuição dos prazos reduziram de maneira substancial a capacidade de importar no início dos anos de 1960. Desta forma, deixando claro que, para que ocorra aumento das importações, deveriam ser feitas primeiramente estímulos a exportação, sem deixar de lado o acesso aos empréstimos externos. Com a diminuição das importações, automaticamente se reduz a taxa de crescimento, buscando no financiamento externo a solução para esta diminuição retomando desta forma o crescimento (Eduardo, 2012).

Diante dos déficits em conta corrente e os pagamentos com amortizações de dívida, descontada a entrada de capitais, que o país gerou no biênio 1961/62, não seria o suficiente para quitá-los, sendo assim, para que todos os compromissos destes dois anos fossem honrados sem que o país tivesse que apelar para novos empréstimos, foi necessário a redução de importações, afetando o crescimento do país. Para o período 1963-65, devido a políticas

restritivas, houve pagamento da dívida externa, sob a forma de amortizações e juros (Eduardo, 2012).

Goulart renegociou novos empréstimos perante os EUA com condições pré-estabelecidas pelos credores, recebendo duras críticas da oposição, onde observamos, mesmo com as concessões brasileiras com a indenização da American & Foreign Power Company Inc. (AMFORP), com a obtenção de US\$ 398,5 milhões de empréstimos obtidos apenas US\$ 84 milhões correspondiam ao desembolso imediato e US\$ 30 milhões para compensar a International Telephone and Telegraph (ITT). Ainda como consequência foram aceitas as exigências dos agentes econômicos credores do governo brasileiro trazendo medidas como: as políticas bancárias – redução de crédito – assim como a contração monetária e fiscal, redução dos gastos públicos e o salário real, foram duramente implantadas, (ABREU, et al, 1990).

Medidas que traziam como consequência perda de poder aquisitivo dos assalariados, do outro lado opondo-se ao governo, lideradas por Leonel Brizola e Miguel Arraes, traziam as chamadas reformas de base, (reformas administrativa, bancária, fiscal e agrária), além do reescalonamento da dívida externa herdada dos governos anteriores e agravada pela conjuntura internacional. Estes conflitos políticos que levaram o abandono do plano trienal, (AGEMIRO, 1982)

O governo Goulart, enfrentou o agravamento da crise, juntamente com a fragilidade do quadro político, radicalismo das posições, os movimentos sociais como movimentos operários, movimentação no campo e a politização dos quadros inferiores das forças armadas, (AGEMIRO, 1982), e ainda diante do contexto da guerra fria houve grande influência dos Estados Unidos, demonstrando grande preocupação diante do destino político do país, oferecendo suporte bélico, logístico e financeiro aos golpistas, com o objetivo de conter a política externa brasileira, pois esta estava voltada para auto determinação dos povos e ainda se opondo a intervenção armada de cuba (REZENDE, 2014).

Diante de pressões de esquerda em 13 de março de 1964 é anunciada implantação de reformas e assinaturas de decretos, como: a) os da encampação das refinarias particulares de petróleo; b) regulamentação da lei do inquilinato, ainda, proclamando a necessidade de reformas constitucionais, tais quais: a reforma agrária atendendo as demandas de inúmeros trabalhadores sem-terra e movimentos sociais como as ligas camponesas; reforma política dando direito ao voto aos analfabetos; reforma universitária dando plena liberdade de ensino, entre outras medidas para conquistar o apoio popular (ABREU, et al, 1990).

Para evitar o fortalecimento do governo no dia 31 de março de 1964, inicia-se a ação armada, fazendo o deposto presidente João Goulart pedir exílio no Uruguai evitando a guerra civil, assim, os militares brasileiros iniciam o regime militar no dia 1º de abril de 1964 com pleno apoio da elite nacional. (ABREU, et al, 1990).

O primeiro presidente militar foi o Marechal Castelo Branco. Durante o seu mandato foi elaborado e colocado em prática o Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG. Entre os principais objetivos, destacam-se: I) acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico; II) conter progressivamente a inflação ao longo de 1964/65, trazendo estabilidade no nível de preços em 1966; III) melhor distribuição de renda e conseqüentemente as condições de vida; IV) assegurar pelas políticas de investimento a geração de emprego; V) corrigir as tendências aos déficits no balanço de pagamento, (ABREU, et al, 1990).

Tendo como seus formuladores o Ministro de Planejamento Roberto de O. Campos e o Ministro da Fazenda Octavio Gouveia Bulhões. O PAEG foi dividido em duas linhas de atuação: Políticas Conjunturais de combate à inflação de forma gradual, trazendo o argumento da necessidade de uma inflação corretiva e a expansão das exportações e a retomada do crescimento e reformas estruturais financeiras, da estrutura tributária e do mercado de trabalho.

Segundo Giambiage (2011), Campos definiu os principais causadores da inflação, como sendo o déficit governamental e a pressão salarial. Sempre correções superiores à inflação, demandariam:

1. Ajuste fiscal com base em metas de aumento de receitas e contenção e despesas do governo;
2. Taxas decrescentes dos meios de pagamento;
3. Controle de crédito no setor privado: o crédito total ficaria limitado às taxas, que ficaria limitado às mesmas taxas de expansão definidas para os meios de pagamento;
4. Correções salariais: de acordo com a média do biênio anterior, acrescentados por uma taxa, medida de acordo com o aumento de produtividade.

Na política fiscal também apresenta uma áspera redução de despesas, porém, sempre com cautela e estímulos à atividade produtiva, com taxas de crescimento do PIB de 6% ao ano no biênio de 65/66. E demonstrou também grande eficiência na arrecadação conforme fala Abreu.

Os impostos diretos e indiretos foram imediatamente aumentados. O déficit do governo, como proporção do PIB, que era de 4,2% em 1963, já em 1964 declinava para 3,2%, em 1965 era apenas 1,6% e, em 1966, 1,1%. Também a forma de financiamento do déficit foi substancialmente alterada. Desde 1960, o déficit era quase que integralmente financiado pelas emissões de papel-moeda. Em 1965, 55% do déficit foram financiados através da venda de títulos da dívida pública e, em 1966, o déficit foi totalmente financiado pelos empréstimos junto ao público. (ABREU, p.218, 1992).

A Política Monetária no último trimestre teve características contracionistas, porém no início de 1965 se demonstrou ineficiente tendo em vista a expansão monetária acima da expansão dos preços, onde em 1965 teve um aumento de 82%, onde deveria ter sido de 30%. A quebra das metas estabelecidas do PAEG, foi consequência do descontrole no balanço de pagamento onde as importações foram diminuídas devido à redução na taxa de crescimento e as exportações um aumento em níveis recordes, conforme Abreu.

Em 1965 o valor em dólares das importações foi igual aos de 1950, os mais baixos ocorridos na década de 1950 e 1960. As exportações recuperaram-se em 1964 e atingiram nível recorde em 1965, cujo o resultado foi o superávit de 331 milhões no balanço de pagamentos no ano de 1965. As reservas dobraram, passando de US\$ 245 para US\$ 484 milhões. A política monetária não foi suficientemente ágil para esterilizar este influxo de moeda gerado pelo superávit externo. (ABREU, p. 219, 1992).

Na política salarial, logo no início do regime, foi adotada uma política salarial restritiva com reajustes anuais, reprimindo as greves e punindo os sindicatos. Foram estabelecidos reajustes para a administração pública federal, estendidas para os governos estaduais e federais e posteriormente em 1966 para o setor privado, onde o salário real do último biênio no mês do reajustamento, no qual a média deve incidir sobre a taxa de produtividade acrescentado da metade da inflação prevista do governo no ano seguinte. Trazendo uma clara restrição salarial (WATANABE, 2010). O objetivo da política salarial era conter a demanda por bens de consumo, cortando o poder aquisitivo de grande parte dos assalariados, (SINGER 1976). Mesmo perante a elevação do custo de vida e inflação, o arroxo salarial persistiu, conforme explicita Singer:

Já em 1964, ano em que o custo de vida subiu mais que 80%, foram proibidos reajustes salariais em intervalos menores que um ano, os sindicatos perderam sua autonomia face ao poder estatal, as greves por aumento de salários foram praticamente proibidas. A partir de 1965, foi adotado uma

política salarial uniforme para todo o país, de acordo com o qual as decisões sobre os reajustamentos salariais passaram pela Justiça do Trabalho ao Governo Federal. (SINGER, p. 54, 1976)

As reformas estruturais estavam ligadas às reformas financeiras e tributárias. A mais significativa estava à criação do FGTS – Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço – substituindo o regime de estabilidade de emprego.

As reformas tributárias trazem reduções dos custos operacionais da arrecadação, eliminando imposto de pouca relevância financeira e definindo uma estrutura tributária capaz de promover o crescimento econômico, desta forma, aumentando a arrecadação do governo. Entre suas primeiras medidas, estavam a punição para aqueles que atrasavam os impostos, mudanças do modelo tipo cascada, que estimulava a concentração vertical para impostos sobre valor adicionado, arrecadado durante a circulação. Foi substituído o imposto sobre consumo (IC) e o imposto de vendas e consignação (IVC) pelo o imposto sobre o produto Industrializado (IPI) e o imposto sobre a circulação de mercadoria (ICM). (GIAMBIAGE, 2011).

Na reforma financeira, entre os principais problemas estavam o excesso de crédito do setor privado, os excessivos aumentos dos salários e o déficit público se fazendo necessário uma reforma financeira e melhor controle monetário.

A reforma financeira teve como objetivo complementar o Sistema Financeiro Brasileiro (SFB) devido a sua carência de investimentos e sustentabilidade. Assim, a reforma buscou novas formas de financiamento não inflacionário. O ponto de partida foi a reorganização do mercado monetário com a criação do Banco Central do Brasil (BACEN) e o Conselho Monetário Nacional (CMN), com funções normativas e reguladoras.

Para que houvesse recursos suficientes para possibilitar créditos e incentivos, a indústria e comércio, sem emissão de papel moeda, seria necessário a criação de incentivos de estímulos a poupadores e investidores com retornos reais, segundo Sochaczewski 1993, eram necessários redefinir os esquemas de financiamento do setor privado com vistas a torná-los independentes (relativamente) da inflação, incentivando os poupadores; montar mecanismos de suprimento de capital de giro de longo prazo e, eventualmente, de capital de investimento, incentivando as indústrias e empresas; montar mecanismos que permitissem ampliar a base do consumo dos bens produzidos pelos novos setores; redefinir o esquema de financiamento do setor público com vistas a torná-lo menos dependente da expansão primária dos meios de pagamento.

Estas medidas foram utilizadas com a intenção de conter o déficit público criando autoridades que melhor gerenciassem os recursos, além disso, foram adotadas medidas de redução real de salário, sendo aplicadas de forma gradativa, sempre com o objetivo maior de conter a inflação.

Entre as principais mudanças do sistema financeiro temos (Valle, 2013, p.18):

- As leis 4.357 de julho de 1964 e 4.380 de agosto de 1964 que instituíram a correção monetária;
- A lei 4.595 de dezembro de 1964, com reforma do sistema bancário;
- A lei 4.728 de julho de 1965, com reformas do mercado de capitais;
- A lei 4.380 de 1964 que criou o Sistema Financeiro de Habitação;

Desta forma, houve criação de uma autoridade monetária centralizada, no qual, era de sua responsabilidade, ditar as políticas monetárias e de crédito e ainda regulando as instituições financeiras privadas. Através da Lei 4.595 de dezembro de 1964, da Sumoc deu origem ao Banco Central e o conselho da SUMOC ao Conselho Monetário Internacional (CMN) e ainda ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE). O CMN passaria a trabalhar em conjunto com o Ministro da Fazenda e a diretoria do Banco Central, coordenando as políticas monetária e fiscal. (WATANABE, 2010)

O CMN tinha como função elaborar políticas monetárias, agir de forma reguladora às demais instituições financeiras fiscalizando e disciplinando. Ao Banco do Brasil competia o recebimento de tributos ou rendas da união, fazia compra e venda de câmbio e executava políticas de comércio exterior, com a fiscalização do CMN. O Banco Central (BACEN) criava moeda obedecendo os limites do CMN, e agia como o banco dos bancos. (GIAMBIAGE, 2010),

Houve a criação do Sistema Financeiro de Habitação e do Banco Nacional de Habitação (BNH), em que, sua criação tornou possível devido a correção monetária e consequentemente o surgimento de contratos de longo prazo. (GIAMBIAGE, 2010),

O BNH foi representado pela Caixa Econômica Federal e Estadual, bancos oficiais e de economia mista, tendo como foco a orientação, estímulo, formação e disciplina da poupança tendo autonomia para criar políticas de incentivo à construção civil, recebimentos de instituições financeiras até mesmo a obtenção de empréstimos no exterior para cumprir seus objetivos. Todas essas medidas teriam a fiscalização do CMN. Foram modificadas as

Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs), passando a sofrer reajustes e correções e a se chamar Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs). (GIAMBIAGE, 2010)

O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) foi criado pela lei 5.107, no qual previa que todas as empresas deveriam depositar 8% dos salários de trabalhadores em contas individuais, fazendo uma poupança forçada em que o Estado foi intermediário do FGTS e detentor de toda a retenção, valendo destacar que as reservas obtidas eram revertidas para o Banco Nacional de Habitação que financiava o setor de construção civil. O FGTS passava a substituir as indenizações do tempo de serviço, já extintos, fazendo a demissão do trabalhador menos áspera para os empresários. (WATANABE, 2010)

Com Castelo Branco a política externa procurou reavivar os laços com os Estados Unidos, conseguiu a renegociação da dívida externa graças à abertura da restrição de remessas de lucros enviados ao exterior e também de sua intensa política restritiva. Frente às reformas e novas políticas executadas, paralelamente o ministro da área econômica, aceitou pagar indenizações dos EUA referente às recessões das empresas americanas durante o governo Goulart. Segundo Luis Viana Filho citado por Paulo Fagundes Visentini, “remédios que não seriam maculosos, mas amargos”. No qual, várias condições dos acordos firmados seriam em sua maior parte sofridas pela economia brasileira. Sendo assim, houve liberação de créditos retidos no governo Goulart ajudando a alavancar a economia, segundo Fagundes Visentini:

Embora o Fundo Monetário Internacional (FMI) julgasse as medidas “gradualistas”, o governo norte-americano (via USAID) e instituições sob o seu controle, (Alpro, BID) socorreram imediatamente os militares brasileiros, liberando centenas de milhões de dólares, que estiveram bloqueados durante a presidência de Goulart. No início de 1965 também o FMI e o Banco Mundial passaram a liberar recursos, enquanto igualmente tinha um afluxo de novos investimentos embora em escala mais modestas. Assim estabilizaram as finanças, embora num quadro recessivo muito grande. (VISENTINI, p.25, 1998.)

A Política Fiscal, apesar de não cumprir a receita estabelecida pelo PAEG, teve resultados próximos ao estabelecido, de forma que obteve maiores controles de déficit. A Política Monetária se deu pela contenção de gastos públicos assim como a introdução de correção monetária, gerando incentivos para a geração de poupança e investimentos necessários ao desenvolvimento da economia como o Banco Nacional de Habitação (BNH). A Política Salarial, tanto pela fórmula e, conseqüentemente, pela restrição devido ao aumento da inflação, foi bastante restritiva, dividindo o ônus da inflação pelo trabalhador e empregado. A reforma tributária teve sucesso ao ponto de aumentar a carga tributária e desenvolver no sentido financeiro e econômico do país (GIAMBIAGE 2011).

O plano Trienal e o PAEG trouxeram diferentes resultados, apesar de suas semelhanças, tomamos como destaque o diagnóstico da inflação no quais ambos os planos apontam a relação da inflação de demanda por déficit público, porém o plano trienal ainda destaca em sua análise a inflação estrutural, no qual a sua correção se daria pelo desenvolvimento da industrialização. Já o PAEG aponta a inflação de custos, causadas pelo aumento salarial. A Política Fiscal e Monetária do Plano Trienal não adicionou uma correção monetária, impossibilitando o financiamento de gastos públicos de forma não inflacionária. Já à Política Salarial no PAEG foi estabelecida uma regra de correção salário inversamente com a inflação, já o TRIENAL os salários crescem de acordo com a produtividade.

CAPÍTULO II – FUNDAMENTOS DO MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO E SUAS REPERCUSSÕES.

Segundo Penha (1993), após o controle inflacionário e as reformas de base, efetuadas no sistema financeiro e sistema tributário, a economia brasileira havia acumulado uma capacidade ociosa que serviu de base para o início de um período de crescimento acelerado, o qual recebeu o nome de Milagre Econômico Brasileiro, onde se destaca o crescimento do PIB (Produto Interno bruto) de 11,1%.

Ao fim do mandato de Castelo Branco se inicia o governo Costa e Silva. Sendo uma de suas primeiras nomeações, o professor de Economia de USP, Antônio Delfin Neto, para assumir a pasta da fazenda, trazendo algumas mudanças em suas formas de lidar com a inflação, a qual, seria combatida pelo lado do custo e não mais pela demanda, ou seja, estas políticas foram adotadas em harmonia como as de política de crescimento (GREMAUD, 2011).

As políticas fiscal e salarial do PAEG foram sustentadas estabelecendo ações de maior controle de preços e taxa de juros, conforme a política de crescimento adotada, sem deixar de lado as empresas estatais que tiveram maior participação para o ajuste fiscal. Uma série de modificações na política econômica, juntamente com cenários externos, trouxe uma grande onda de crescimento chamada de milagre econômico (GREMAUD, 2011).

Nas novas estratégias, a política fiscal e salarial não sofreram modificações significantes, onde o déficit continuava sendo reduzido e as correções salariais sendo realizadas através da inflação estimada. Destacamos na política fiscal, em 1967, quando o déficit orçamentário cresceu expressivamente, alcançando 1,7% do PIB (em 1966, ele representara 1,1% do PIB). Este aumento foi devido à transferência do dispêndio de 1966 para

o ano seguinte, e o déficit agravado devido à recessão em que foi transferindo 80% do déficit do último trimestre de 1966 (GIAMBIAGI, 2011).

Outro ajuste significativo foi a elevação do teto de isenção sobre o imposto de renda das pessoas físicas, trazendo um aumento real dos salários mínimos das faixas favorecidas². Mudando ainda o recolhimento do Imposto Sobre o Produto Industrializado (IPI), que deixou de ser cobrado no ato da compra para ser recolhido com prazos de até 60 dias³. Desta forma, sendo a política voltada para o crescimento, mesmo que em 1968 o déficit público tenha diminuído para 1,2% do PIB (ABREU, et al, 1990).

Porém, na política monetária, a partir de 1967, se alterou de acordo com os novos objetivos de expansão, mas a inflação continuava assolando a atual economia, e se fez necessário a criação da Comissão Nacional de Estabilização Dos Preços – CONEP, a qual foi substituída pela Comissão Interministerial de Preços – CIP. Estas comissões tinham a função de elaborar uma tabela para todos os preços industriais privados, enquanto os juros eram tabelados pelo BACEN.

Em 1968 foi criado o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) pelo governo Costa e Silva para o período de 1968 a 1970, em que destacam-se as metas setoriais definidas pelo Plano Decenal. Embora não fosse hostil a investimentos estrangeiros no setor produtivo brasileiro, o PED tinha como estratégia o preenchimento das indústrias escassas da economia com estatais (ROBERTO, 2004).

O PED agia com cautela com os investimentos estrangeiros em setores elencados como estratégicos, fazendo ainda uma avaliação sobre novas oportunidades para a política de substituição de importações. No plano macroeconômico, o governo deu grande estímulo às exportações, instituindo o regime de câmbio flexível e uma série de isenções fiscais para empresas que destinassem sua produção aos mercados externos (ROBERTO, 2004).

Neste mesmo plano, nas políticas econômicas setoriais, houve a implantação do câmbio flexível, isenções de impostos indiretos, créditos fiscais, entre outras concessões feitas a empresas destinadas ao mercado externo, bem como um grande estímulo às exportações (ROBERTO, 2004).

No entanto, o governo Costa e Silva não foi marcado apenas pelo crescimento econômico, mas também por manifestações contrárias à ditadura e às adversidades. Foi implantado no dia 13 de dezembro de 1968, o ato institucional nº 5, impondo o medo em qualquer manifestação contrária ao *status quo*, com o intuito de suprimir as liberdades

² Esta política tem como característica principal o incentivo da demanda.

³ Política de estímulo a produção

individuais, dar poderes extraordinários ao presidente, dissolver por tempo indeterminado o Congresso e abrir espaço para a sistematização e a institucionalização da censura, das prisões arbitrárias e das torturas (DOMINGUES; PINHEIRO; LIMA, 2008).

O Ato Institucional - 5 trouxe profundos traumas à sociedade brasileira. Uma das suas consequências é a escassez atual de lideranças políticas, com a limitação do número de partidos políticos e a perseguição aos opositores, os militares reduziram muito as possibilidades do surgimento de lideranças políticas legítimas. A violência utilizada foi marcada por este Ato Institucional (DOMINGUES; PINHEIRO; LIMA, 2008).

A institucionalização de ações arbitrárias do aparelho repressivo começou nas operações criminosas organizadas durante a ditadura, como a Operação Bandeirantes (Oban) e seus “bicos de extermínio”; a Operação Condor, que visava a eliminação física de qualquer liderança latino-americana de esquerda e até o Esquadrão da Morte, que pontificava as ações policiais com a simples matança de marginais no final da década de 1960. (DOMINGUES; PINHEIRO; LIMA, P. 35, 2008)

No governo do general Emílio Médici de 1969 a 1974, foi exposto o Programa de Metas e Bases para ação do governo de 1970 a 1973, onde foi nomeado Ministro da Fazenda Delfin Neto, e João Paulo Velloso recebeu a pasta do planejamento. Trazendo ao seu governo avanços econômicos, colocando em evidência a importância estatal e avanços na política industrial (ABREU, et al, 1990).

Foi neste governo que o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento foi colocado em prática com duração entre 1972-1974, elaborado, como o segundo, sob a orientação do ministro do Planejamento Reis Velloso. Esteve mais voltado para grandes projetos de integração nacional, elaborando diversos projetos de infraestrutura, como exemplo, cita-se a ponte Rio-Niterói, a Rodovia Transamazônica, a Hidrelétrica de Três Marias entre muitas outras, buscavam como financiamento não apenas instituições da União, mas também instituições financeiras multilaterais e o mercado internacional. Outros programas compreendiam a expansão da siderurgia, o petroquímico, os corredores de exportação, construção naval, a primeira central nuclear em Angra dos Reis, Usinas Hidrelétricas e em comunicação sem deixar de lado a mineração. (ROBERTO, 2004).

Durante este período a indústria de transformação teve significativos resultados com o crescimento médio anual de 13,3% acompanhados de um aumento ainda maior de 15% da indústria de construção, não ficando atrás os serviços de utilidade pública - em destaque a de

geração de energia elétrica. No setor primário houve diminuição no ritmo de crescimento superando um pouco a taxa de crescimento populacional (ABREU, et al, 1990).

Esta evolução foi influenciada por diversas políticas governamentais específicas para cada setor, assim a agricultura foi beneficiada pela abertura de créditos concedidos pelas autoridades monetárias juntamente com as taxas subsidiadas, a mudança do produto chave do café para a soja, que a cada ano ocupava cada vez mais espaço na pauta de exportação, ocorrendo ainda um processo de mecanização e avanço tecnológico na área agrícola, onde a capacidade de produção elevou-se para 76% em 1967, 93% em 1971, 100% em 1972-1973. (BORNELLI; MALAN 1976 apud ABREU, et al, 1990).

As manufaturas brasileiras começaram a ganhar destaque no mercado internacional, tomando espaço na pauta de exportações nacional. O desenvolvimento industrial, em especial, nas atividades têxteis e de calçados acabou beneficiado pelas políticas adotadas tanto no tocante ao câmbio, como a questão fiscal e monetária e, sem deixar de lado a política creditícia, pois as vendas externas vinham sendo ampliadas desde o governo Castelo Branco. (ABREU, et al, 1990).

A expansão do mercado interno também deu grandes contribuições ao desenvolvimento da indústria interna estimulada pelas políticas setoriais, trazendo um aumento na produção de tratores, colheitadeiras combinadas, automotrizes e caminhões, (ABREU, et al, 1990).

Quanto a taxa de juros para o setor privado, houve seu controle direto: (ABREU, 1990, p. 255):

1- através de fixação de taxas máximas de aplicação e captação de segmentos específicos do setor financeiro ou de redutores sobre as taxas médias observadas no ano anterior;

2- incentivos aos bancos comerciais, através da manipulação dos coeficientes e da composição dos depósitos compulsórios e de uma redução gradual dos custos de redescontos e de outros créditos concedidos ao sistema bancário, em troca para a contenção dos níveis de juros bancários.

Não podendo deixar de mencionar os empréstimos concedidos por instituições oficiais que foram utilizadas como incentivos a indústria, podendo inclusive ser negativa. Ainda observamos uma política bancária afim de eliminar as deficiências juntamente com as economias de escala aproveitando-as, através da concentração bancária em locais estratégicos. (ABREU, et al, 1990).

Foi identificadas inflações de demanda e de custos no início do governo dos militares, porém, no governo Médici passou a ser vista como unicamente de inflação de custos. Assim, houve o afrouxamento das políticas de contenção de demanda e início de uma política de controle de preços, cujos ajustes deveriam ter a aprovação do governo com base nas variações de custos, para isto criou-se o Conselho Nacional de Preços. (GREMAUD, 2011)

Com a taxa de juros elevada devido às reformas financeiras trazidas pelo PAEG, baseada na ideia da correção monetária e da determinação legal de que as cadernetas de poupança deveriam render mais de 6% ao ano, desaquecendo a economia interna fixou-se a taxa de juros cada vez mais alta, diante de uma excessiva demanda de crédito. (GREMAUD, 2011).

A política econômica brasileira apresentou significativo crescimento, valendo acrescentar a importância dos bens intermediários e dos bens capitais, os quais faziam pressão sobre as importações, incentivados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial, o qual concedia incentivos de forma exagerada, prejudicando assim, a produção interna de bens de capital, pois para estes não haviam incentivos (GREMAUD, 2011).

Neste sentido, a produção doméstica acabava prejudicada, tendo em vista as facilidades de importação e subsídios concedidos ao setor. Porém, o déficit na balança comercial foi suprido, até determinado período, pelo aumento das exportações, levando em conta a expansão do comércio internacional, juntamente com as políticas de incentivo comercial e cambial, conforme tabela 1, (GREMAUD, 2011).

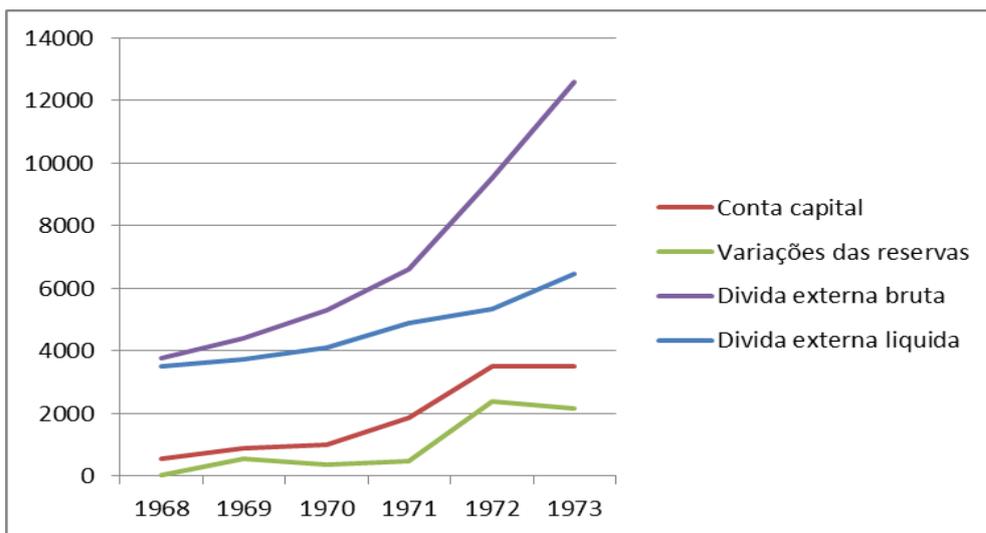
Tabela 1 – Balança Comercial e Transações Correntes: 1968 a 1973 em U\$S milhões.

Ano	Exportação	Importação	Balança Comercial	Transações Correntes
1968	1.881	1.855	26	-508
1969	2.311	1.933	378	-281
1970	2.739	2.507	232	- 567
1971	2.904	3.245	-341	-1.037
1972	3.991	4.235	-244	-1.489
1973	6.199	6.192	7	-1.688

Fonte: CONJUNTURA ECONÔMICA apud GREMAUD 2011

A tabela 1 demonstra que a balança comercial vinha com seguidos superávits até 1971, quando as importações superam as exportações - os déficits provocados pela onda de endividamento externo, tendo em vistas as baixas taxas de juros internacionais e ampla liquidez internacional e importações de maquinas e equipamentos - trouxe o déficit na balança comercial, porém um grande crescimento econômico no período. Com a primeira onda de endividamento externo, retratada pelo crescimento da dívida externa de 9 bilhões, onde 6,5 bilhões tornavam-se reservas, ou seja, a dívida líquida era algo em torno de 6 bilhões.

Gráfico 1 - Dívida Externa e Variações das reservas 1968 a 1973 em U\$\$ milhões

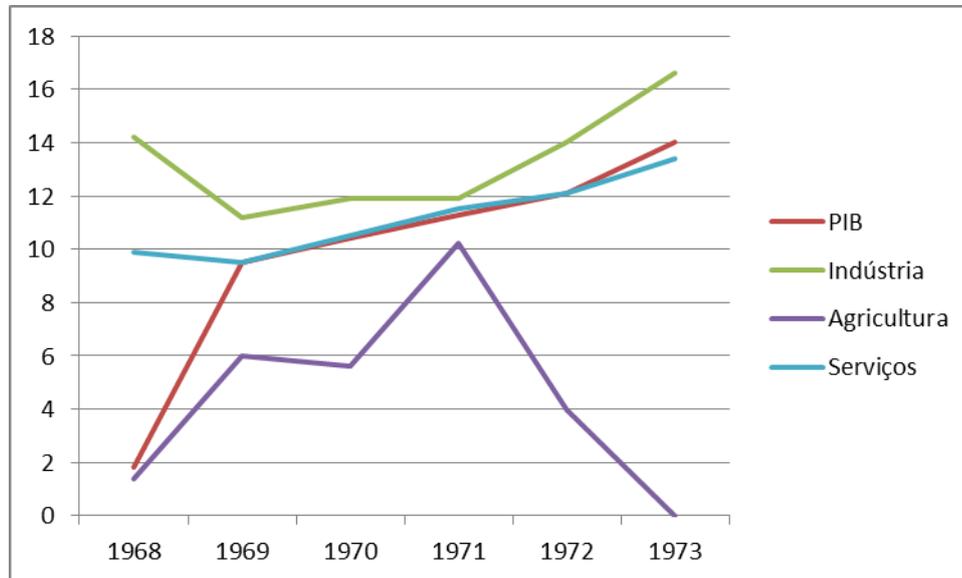


Fonte: Elaboração própria com dados GREMAUD 2011

Conforme o gráfico 1, observamos o crescimento da dívida externa bruta e líquida, o que indica uma crescente onda de endividamento, um crescimento da conta capital com um estancamento de crescimento, juntamente com uma leve queda nas variações das reservas entre 1972 e 1973.

Esta onda de endividamento foi justificada pela necessidade de recursos para a formação da poupança externa, a fim de viabilizar as altas taxas de crescimento durante o período do milagre, trazidas pelas transformações no mercado financeiro internacional e na ampla liquidez existente e na ausência de mecanismo de financiamento de longo prazo. (GREMAUD, 2011)

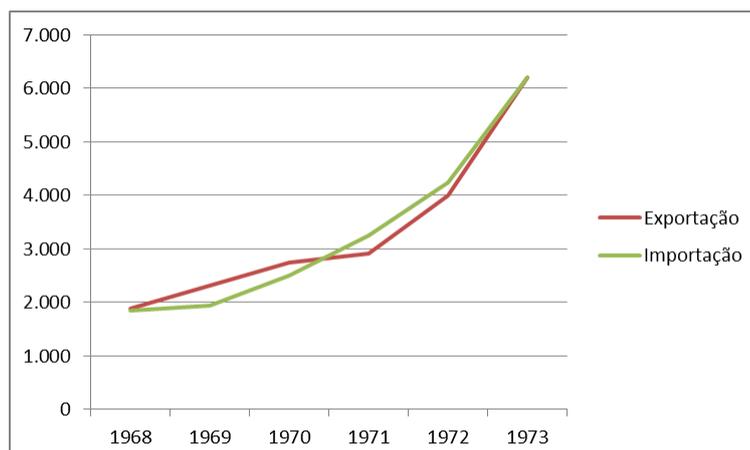
Gráfico 2 - Evolução da Taxa de Crescimento do PIB 1968 a 1973



Fonte: Elaboração própria com dados IBGE apud GREMAUD 2011

Percebe-se no gráfico 2 o crescimento contínuo do PIB, assim como, do setor industrial e de serviços, enquanto a agricultura cresceu apenas até 1971, enquanto a taxa de inflação ficou em torno de 15 a 20% a.a.. Mesmo com a agricultura com uma grande queda observamos que o PIB continua a crescer, demonstrando o pouco peso da agricultura. Porém com o setor da indústria quando há um aumento em seu ritmo de crescimento observamos o aumento no crescimento do PIB

Gráfico 3 - Exportação e Importações 1968 a 1973



Fontes: Elaboração própria com dados IBGE apud GREMAUD 2011

No gráfico verifica-se a evolução das importações e exportações como consequências das mais diversas políticas econômicas incrementadas ao decorrer do governo Costa e Silva e Médici, portanto a balança comercial encontrou sua estabilidade até 1973.

CAPÍTULO III - GOVERNO GEISEL E O SEGUNDO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO.

O II PND ocorre de 1975 a 1979, durante o mandato do presidente Ernesto Geisel, tendo sido um plano tão ambicioso quanto o Plano de Metas mesmo perante as crises, interpretadas como eventos momentâneos, incapazes de alterar as condições favoráveis de financiamento (ROBERTO, 2004).

O II PND devia ser entendido como uma política que tinha como objetivo a superação da crise do subdesenvolvimento, de forma: a) a desenvolver novas vantagens comparativas; b) funcionar como política anticíclica; c) tornar a matriz energética menos dependente do petróleo; d) promover o investimento em infraestrutura e; e) dar continuidade a substituição de importações. Mesmo com o aumento do endividamento externo e atraindo um déficit comercial, que para eles eram considerados provisórios, buscava-se a promoção de uma profunda reforma estrutural. (ROBERTO, 2004).

O desenvolvimento de novas vantagens comparativas analisado pelo lado da oferta traria maiores perspectivas na balança comercial, expandindo rapidamente o investimento, assim como, o desenvolvimento industrial, a exportação de alguns bens de capital - como investimentos em energia, insumos básicos, bens de capital e construção naval (GIAMBIAGE, 2012).

Para a Política Anticíclica, os efeitos indesejados do ciclo econômico foram os principais motivos para a existência desta opção de características keynesiana, ou seja, intervenção direta na economia, gerando subsídios estatais, assumindo despesas de bens intermediários, defasagem de preços e vários financiamentos do BNDS ao setor privado, se destacando os de bens de capital, sendo uma das medidas também a desvalorização cambial (GIAMBIAGE, 2012).

Dentro do II PND ficava claro o objetivo de tornar a matriz energética menos dependente do petróleo, tendo em vista o primeiro choque do petróleo e as consequências dela para a economia nacional e ainda sendo de grande peso nas importações. Uma das metas seria a substituição de importações, o petróleo começa a ser redirecionado mais para o transporte,

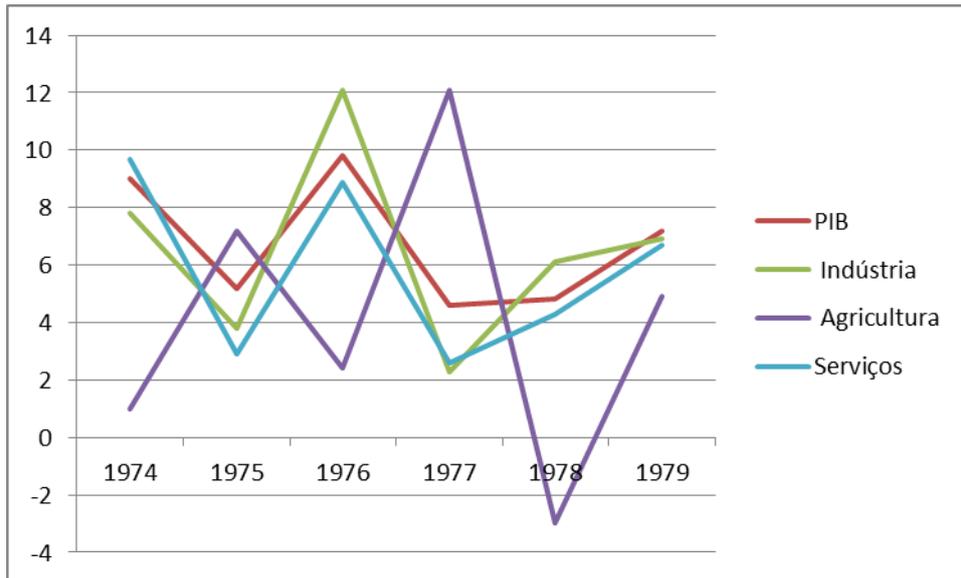
sendo geradas outras fontes de energia, ajustando estruturalmente a economia à condição de escassez de petróleo, dando início a um novo estágio da expansão industrial (GIAMBIAGE 2012).

No programa de substituição de importações, destaca-se o crédito sobre o imposto de produtos industrializados sobre a compra de equipamentos, depreciação acelerada para equipamentos nacionais, isenções de impostos sobre importações, crédito subsidiado, reserva de mercado para novos empreendimentos e política de preços compatíveis com a política industrial. Tais medidas foram tomadas para estimular a expansão industrial atendendo a demanda aquecida interna e ainda gerando excedente exportável. Nestas políticas é importante destacar as taxas múltiplas de câmbio e uma desvalorização da moeda nacional (ROBERTO, 2004).

O investimento em infraestrutura econômica girou em torno da energia, transporte e comunicação, possibilitando o desenvolvimento social nos âmbitos da educação, saúde e previdência social. Observa-se a ampliação da malha ferroviária, da rede de telecomunicações e da infraestrutura para a produção e comercialização agrícola. No setor de bens de produção, se destaca o siderúrgico, química pesada, metais não ferrosos e minerais não metálicos. O energético se direcionava para pesquisa, exploração e produção de petróleo e derivados, ampliação da capacidade de geração de energia hidrelétrica e, ao desenvolvimento de energia alternativa derivados do petróleo, com ênfase no álcool combustível (GIAMBIAGE, 2012).

O financiamento para os empreendimentos produtivos foi proveniente de financiamentos com instituições de créditos internacionais as quais trouxera a segunda onda de endividamento. O principal alvo para os investimentos, estavam as empresas estatais perante a política de substituição de importação entre os investimentos. Temos Eletrobrás, Petrobrás, Siderbrás, Embratel e entre outras. (ROBERTO, 2004).

Gráfico 4 - Comportamento do PIB da indústria, agricultura e setor de serviços entre 1974 a 1979.



Fonte: Elaboração própria com dados IBGE apud GREMAUD 2011

O Brasil manteve o alto crescimento do PIB, ou seja, cerca de 9,8% em 1976, considerando que até esse ano a indústria e o setor de serviços toma destaque na composição do PIB. De 1977 até 1979 a agricultura sofre uma grande queda, porém sem grande peso na composição do PIB, pois continuava a crescer, demonstrando o pouco investimento neste setor. (ROBERTO 2004).

3.1 Primeiro e segundo choque do petróleo

O crescimento da economia brasileira, entre 68 e 73, foi também acompanhado pelo aumento da dependência do petróleo em vários setores, principalmente nos setores de bens duráveis. Notando ainda a elevação da dívida pública aumentando ainda mais a dependência externa, portanto, com aumento de importação de bens de capital e petróleo, o refinanciamento e aquisição de empréstimos estrangeiros foram os principais fatores que trariam futuras crises (GIAMBIAGE 2012).

Este crescimento trouxe alguns desequilíbrios gerando pressões inflacionárias, considerando que no fim do milagre se encontrava ao nível de 15%, e nos meados da década de 70 a mais de 40%. Observa-se que a continuidade do crescimento fica cada vez mais dependente da situação favorável externa, sendo rompida pela crise desencadeada pelo primeiro choque do petróleo em 1973, com os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) quadruplicaram o preço do barril de petróleo (GREMAUD, 2011).

Em 1971, nos deparamos com a crise de conversibilidade do dólar, trazidas pelo aumento das importações norte americanas, diminuindo o superávit nas transações correntes, levando-os ao déficit. Com o fortalecimento dos aliados após a segunda guerra, houve controvérsia a respeito da moeda norte americana como referencia mundial, passando a França, em 1965, trocar os seus dólares em ouro. Em 1970, os Estados Unidos tentavam recuperar a estabilidade de sua economia, de modo que buscava valorizar moedas das principais economias, tendo como consequência a desvalorização da sua, sem alterar o valor em relação ao ouro. Porém, estas medidas não foram concedidas, rompendo o padrão ouro e passando a adotar taxas de câmbios flutuantes (GIAMBIAGE, 2012).

A nova situação de inconvertibilidade e flexibilização das taxas de câmbio dos países centrais gerou grandes ondas especulativas, dado um contexto em que a demanda efetiva e a liquidez internacional cresciam, impulsionadas tanto pelo crescimento da economia americana quanto pela expansão do circuito offshore do eurodólar (GIAMBIAGE, 2012).

O petróleo, em fins de 1973, sofreu aumento brusco do preço médio dos barris de US\$ 2,48 para US\$ 3,29, e em 1974 para US\$ 11,58 chegando a US\$ 13,60 em 1978. O primeiro choque do petróleo trouxe com isso a deterioração dos termos de trocas, elevação da taxa de juros, assim contraindo atividades econômicas. Porém, estes efeitos foram aliviados pela inclusão do capital dos países membros da OPEP, no mercado internacional, principalmente europeu, este capital recebeu o nome de petrodólares, financiando assim dívidas e investimento em países em desenvolvimento, como o Brasil (GIAMBIAGE 2012).

O primeiro choque do petróleo comprometeu a capacidade de importação dos países industrializados, levando em conta o aumento imediato dos juros e a contração das atividades econômicas, considerando o petróleo como principal fonte de energia e matéria prima para os mais diversos produtos.

Houve aumento significativo dos ganhos dos países exportadores de petróleo de 40 bilhões para 120 bilhões de dólares, onde os superávits das economias em crescimento se tornaram em profundos déficits, assim como nos países já desenvolvidos. O capital acumulado pelos países membros da OPEP foi reinvestido em instituições internacionais em que este capital ficou conhecido como petrodólares, onde estes foram utilizados para financiar os diversos déficits na balança de pagamento, (CAVARZAN, 2008).

Nas medidas internas, para promover ajustes ao balanço de pagamento, houve alterações estruturais na economia com o objetivo de obter o equilíbrio da conta corrente com a adoção de políticas econômicas contracionistas, que logriam reduzir a demanda agregada e, conseqüentemente, o nível de importações da economia. (CAVARZAN, 2008).

O primeiro choque do petróleo levou o governo Geisel a trazer reformas de origem estrutural, atenuando as restrições externas ao crescimento e conjuntural, visando eliminar os pontos de estrangulamento externo, substituindo as importações e aumentando a capacidade de exportar, ou seja, internalizou aos bens de capital e insumos industriais, (GIAMBIAGE 2012).

Em 1978, um novo aumento no preço do petróleo para UR\$ 35,69 , fazendo com o que os bancos centrais dos países industrializados, para conter a inflação, elevassem a taxa de juros gerando uma profunda recessão nestes países e conseqüentemente no países em desenvolvimento, deteriorando ainda mais os termos de troca e aumentando o déficit em conta corrente através da queda de importação dos países industrializados e aumento da dívida pública devido ao aumento na taxa de juros base, que quando contratada, foi de forma flutuante, pelos PRIME RATE (GIAMBIAGE, 2012).

O aumento da vulnerabilidade externa, com o segundo choque do petróleo, por décadas, passando a partir de 1979 uma estratégia de ajuste recessivo, em momento de excesso de demanda, no qual, o mercado externo não estava favorável; trazendo ainda o controle da absorção interna; uma aceleração inflacionária até a década de 1990; redução do déficit operacional, porém, um aumento no déficit nominal da dívida pública em decorrência da inflação (GIAMBIAGE, 2012).

O segundo choque obriga o Brasil a contrair empréstimos mediante o fundo monetário internacional, suprimindo assim as dívidas e investimentos executados durante o governo Médici e Costa e Silva. As dívidas aumentavam na medida em que as políticas nacionais não contribuía para aliviar o crônico déficit na balança comercial. Embora o montante da exportação agrícola tivesse sido ampliado, ainda não era suficiente para cobrir o déficit conforme gráfico 4 mencionado acima. Além disso, o empresariado nacional também não se mostrava preparado para abrir frente exportadora expressiva para os países árabes, conforme as expectativas do governo federal (RIBEIRO 2006),

As importações brasileiras de combustíveis líquidos passam de US\$ 4 bilhões para US\$ 10 bilhões entre 1980 e 1982. O posterior choque das taxas internacionais de juros fez com que o montante de juros líquidos pagos ao exterior saltasse de US\$ 2,7 bilhões para US\$ 9,2 bilhões entre 1978 e 1981 (CASTRO; SOUZA, 2004).

A dívida externa continuava a crescer na segunda metade da década de 70, com justificativa nos investimentos na substituição de importações e nos projetos de incentivo a exportação, considerando que a capacidade gerada por este investimento seria capaz de pagar

a dívida externa mais seus juros em 1979. Com o segundo choque do petróleo, houve novamente o aumento da taxa de juros trazendo o fracasso deste plano (BRUM, 2009).

O controle do governo foi observado por diversos canais institucionais que incluem os bancos (Central, Comercial e de Desenvolvimento), o sistema fiscal, as autarquias governamentais - estadual e federal -, empresas produtivas e o sistema de preços (BRUM, 2009).

O estado passou a ser produtor com cada vez mais influência sobre a produção nacional. Um exemplo disso seria a Vale Do Rio Doce e a Petrobras que se caracterizou não só pela expansão, mas também em seu crescimento em áreas complementares à sua especialização inicial. A Petrobras ingressou em vários campos petroquímicos e a Vale do Rio Doce nos de fábrica de peletização, mineração de bauxita, produção de alumínio entre outros, fundando também, ambas as estatais, várias empresas de consultoria em engenharia.

Os resultados do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) foram bastante satisfatórios, porém enfrentou diante do panorama internacional, problemas com a elevação dos custos econômicos e problemas sociais (BRUM 2009).

A economia brasileira, apesar das graves crises mundiais, no início da década de 70 e posteriormente com o primeiro e segundo choque do petróleo, manteve um crescimento de 6,9%, trazendo uma prosperidade momentânea devido a sustentação do crescimento por endividamento que posteriormente viria a ser uma grave crise interna, estourando em 1981 (BRUM, 2009).

Ocorreu expressiva expansão da indústria de bens de capital (máquinas, equipamentos, aparelhos, ferramentas), de insumos básicos (aço, alumínio, papel e celulose, petróleo, petroquímica, fertilizantes...) e da mineração (BRUM, p. 370 2009).

Trazendo um grande crescimento na indústria de bens de produção, de capital e insumos básicos, o Brasil tomou destaque sendo o único país de terceiro mundo que completou a fase da substituição de importações, a indústria tomou maiores volumes em consequências dos fortes investimentos (BRUM, 2009).

A balança comercial foi relativamente equilibrada no final da década de 70, tendo em vista os profundos déficits em 1974, acarretados pelo choque do petróleo e das elevações das importações, considerando as causas deste aumento a industrialização. Com a conquista de novos mercados e diversificação da pauta exportações, houve seu aumento de forma significativa (BRUM, 2009).

A partir de 1979 houve a superação das metas, sendo assim, firmaram-se alguns grandes grupos econômicos nacionais- sobretudo empreiteiras, bancos, redes de lojas e de supermercados, papel e celulose, bens capital e agropecuária, dando início a formação do complexo financeiro-industrial. Todavia, em numero e expressão menor do que a esperando pelos formuladores da política econômica (BRUM, p. 370, 2009).

Em contrapartida, esse momento de evolução em períodos de crises internacionais trouxe o agravamento das dificuldades econômicas e financeiras, assim como, o descontrole da balança comercial e no balanço de pagamento com o exterior, passando o déficit em conta corrente com o exterior a serem financiados com empréstimos com bancos internacionais a juros muito elevados (BRUM, 2009).

Tabela 2 - Evolução da Dívida Externa, da Inflação e do Produto Interno Bruto (PIB) – 1972 a 1984.

Ano	Dívida	Reservas	Dívida Líquida	Inflação %	Crescimento do PIB %
1972	9,5	4,2	5,3	15,7	11,9
1973	12,6	6,4	6,2	15,6	14,0
1974	17,2	5,3	11,9	34,5	8,2
1975	21,2	4,0	17,1	29,3	5,6
1976	26	6,5	19,4	46,3	9,0
1977	32	7,2	24,8	38,8	4,7
1978	43,5	11,9	31,6	40,7	5,0
1979	49,9	9,7	40,2	77,3	6,8
1980	53,8	6,9	46,9	110,2	9,2
1981	61,4	7,5	53,9	95,2	-4,3
1982	69,6	4,0	65,6	99,7	0,8
1983	81,3	4,6	76,7	211,0	-2,9
1984	91,1	12,0	79,1	223,8	5,4

Fonte: Banco Central do Brasil e Fundação Getúlio Vargas, 2009.

Observa-se na tabela 2 uma elevação da dívida externa bruta de 9,5 bilhões em 1972 para 49,9 bilhões em 1979 no fim do governo Geisel, com um crescimento da dívida líquida em ritmo maior, devido ao baixo crescimento das reservas. A inflação que estava em torno de 15% no fim de 1979 se encontrava a um patamar de 77%, o PIB vinha crescendo devido ao financiamento dos investimentos pelo endividamento, com exceção do período dos choques do petróleo com apresentação de queda. Estes dados já demonstravam indícios da crise em consequência do endividamento que estava por vir (BRUM, 2009).

A dependência financeira foi outro problema trazido devido aos elevados investimentos feito com capital de empréstimos, tais quais: à ferrovia do aço, o programa nuclear vinculado ao acordo com a Alemanha e a expansão da indústria siderúrgica.

A especulação financeira se tornou presente devido a necessidade do governo brasileiro em captar recursos. Com a crise internacional, o momento não era favorável a implantação de grandes projetos pelo setor privado, onde o capital obtido com lucros até mesmo com empréstimos passou a ser utilizados na especulação (BRUM, 2009).

O crescimento da economia, no período e nos dois anos seguintes (até 1980), só pode ser mantido graças ao “ingresso contínuo e maciço de capital estrangeiro, principalmente empréstimos” (Skidmore, 1988, p 403 apud BRUM p. 373 2009).

Os bancos comerciais norte-americanos, europeus e japoneses estavam, na década de 1970, em excesso de liquidez. Com os petrodólares houve possibilidade de novos empréstimos para novas inversões. Os empréstimos externos foram fundamentais para a realização de obras que envolviam infraestrutura no setor de insumos. Porém, 70% destes foram utilizados para empresa privadas aprofundando a dependência econômica brasileira de capital externo. No curto prazo, esta política torna-se bastante eficaz, porém à medida que cresce esta dependência, a longo prazo, se pode trazer grandes problemas como foi o caso no início da década de 80, em que as taxas de juros cresceram em larga proporção e os créditos foram restringidos (BRUM, 2009).

CAPÍTULO IV– O GOVERNO FIGUEIREDO

A presidência da república era assumida pelo general Figueiredo em 15 de março de 1979, tendo o seu mandato uma previsão de duração de seis anos. Dando a partida para

redemocratização brasileira, além dos êxitos econômicos. Sua equipe de governo, no âmbito econômico foi mantida, liderados pelo economista Mário Henrique Simonsen, trazendo uma política de contenção de gastos juntamente com a desaceleração do crescimento para posteriormente voltar ao crescimento (GIAMBIAGE, 2011).

Estas medidas trouxeram vários descontentamentos, principalmente no âmbito empresarial, o qual provocou a queda do então ministro para a volta de Antônio Delfin Neto, que antes ocupava o Ministério da Agricultura. Como medidas imediatas tentou repetir as condições do milagre brasileiro, porém com o panorama internacional diferente, provocando seu fracasso. (ARGEMIRO, 2009)

Foi observado ao decorrer do governo Figueiredo, a divisão em três fases 1979-80, de elevadas taxas de crescimento; 1981-83 de recessão; e 1984 de recuperação e puxada pelas exportações (GIAMBIAGE, 2011).

4.1. Crescimento por endividamento e suas consequências 1979-80

O primeiro biênio do governo Figueiredo continuava a crescer, o mercado internacional ainda se demonstrava favorável ao modelo de crescimento por endividamento, mas com sinais de mudança do cenário como, por exemplo, o segundo choque do petróleo e elevação da Prime Rate e inflação (mesma com uma política de diminuição de demanda agregada) (GIAMBIAGE, 2011).

No cenário internacional houve profundas transformações, demonstrando o nosso real arco econômico. Com o segundo choque do Petróleo houve uma mudança no estado econômico internacional, além do aumento da taxa de juros, o agravamento de nossas dívidas, devido ao grande volume de empréstimos contraídos no governo militar. (GIAMBIAGE 2011).

Nesse ano, os juros líquidos da dívida externa já correspondiam a 28% do valor das exportações e o país apresentou um déficit em transações correntes da ordem de US\$10,8 bilhões que foi apenas parcialmente coberto pela entrada de capitais de US\$7,7 bilhões ocasionando uma queima de reservas de US\$2,2 bilhões. Pode-se considerar 1979 o ano do início da crise cambial (GREMAUD, p. 406, 2011).

O desequilíbrio externo, os choques de oferta – levando em consideração não apenas os choques do petróleo, mas também nossa oferta agrícola - e os déficits provocaram a inflação, porém de forma diferenciada com altas taxas de crescimento, ocasionados pelo

conjunto de ações governamentais aliados ao cenário externo, resultando em altas de preços com margens média de 77%. (GREMAUD 2011).

Com o diagnóstico de Delfim Neto foi criado um programa emergencial em 1979, que tinha como objetivo: conter a inflação conjuntamente com medidas de estímulo à agricultura e o III Plano Nacional de Desenvolvimento, este último com a ambição da aceleração e crescimento econômico; melhoria da distribuição de renda; redução das disparidades regionais; equilíbrio no balanço de pagamento; controle do endividamento externo; desenvolvimento agropecuário; desenvolvimento do setor energético; controle da inflação; aperfeiçoamento das instituições políticas.

Porém, o III PNB não aprofundou suas intenções e seus projetos ambiciosos para o cenário nacional e internacional (ARGEMIRO, 2009).

A respeito do estrangulamento externo, para minimizar os efeitos no país em meados de 1979, a correção cambial era constantemente utilizada, porém, corroída pela inflação, ou seja, não houve desvalorização real do câmbio, promovendo o redirecionamento das demandas a favor dos produtos domésticos e estímulo às exportações (GREMAUD 2011).

O balanço de pagamento não era suprido pela conta de capital, resultando perdas de reservas internacionais. Na área fiscal houve correção de tarifas públicas, objetivando conter o déficit público, com consequências posteriores, tais como: aceleração de inflação, que por sua vez, trás novas medidas a respeito dos salários que passaram a ser reajustados semestralmente, aliados às indexações dos contratos, tonando-se fonte de alimentação da inflação (GIAMBIAGE, 2011).

A combinação de política cambial e monetária com ajustes de preços relativos, idealmente, favorecia a balança comercial e trouxe o equilíbrio das contas públicas. Porém, na prática, a recessão foi evitada devido ao aumento de exportação e crescimento inercial dos investimentos público e privado do II PNB, iniciados no governo Geisel. (GIAMBIAGE, 2011).

Foi observada além da crise cambial, a crise da dívida externa, com diagnóstico claro, colocando o excesso de demanda em evidência. Trazendo em 1980, para conter a inflação, medidas ortodoxas, ou seja, recessivas, sendo diminuídas a necessidade de divisas, portanto esta estratégia dependia do tamanho da recessão ou da reorientação dos fatores produtivos para a exportação, sendo minimizadas as perdas do produto (GREMAUD, 2011).

A crise da dívida foi trazida não apenas pelas políticas e situação econômica externa, mas de uma política recessiva dos EUA, para conter a desvalorização do dólar, tendo em vista a adoção do câmbio flutuante a partir de 1973. Atrelado a essas medidas veio a elevação da

taxa de juros, e medidas restritivas para compra do tesouro Norte Americano, dificultando novos empréstimos junto ao FMI, que posteriormente, supervisionou com rigidez e seu aprofundamento, para garantir o pagamento da dívida, mais tarde traria uma grande recessão que durou de 1981 a 1983 (GREMAUD 2011).

4.2. Intervenção externa e recessão - 1981 a 1983

A falta de atenção das políticas econômicas adotadas no início do governo Figueiredo para combate inflacionário e controle do déficit em conta corrente, trouxe a instabilidade na aplicação de tais políticas de curto prazo. Os anos seguintes, à ortodoxia no controle da demanda foi o principal marco de combate da inflação, ou seja, foi combatida de forma a restringir o crescimento do crédito. Estas medidas foram bastantes eficientes mesmo considerando a indexação dos contratos. (ABREU, at al, 1990)

Outro importante instrumento foi a captação de empréstimos no exterior, considerando as altas taxas internas, atraindo desta forma investimento estrangeiro, porém pouco eficientes considerando as vendas cada vez maiores de títulos da dívida pública ao setor privado nacional. (GRIMAUD, 2011).

Foi iniciado em 1980 o ajustamento externo de forma voluntária para alcançar o controle do balanço de pagamento, porém, este processo foi aprofundado em 1982 com a supervisão do FMI, buscando o pagamento da dívida externa, o aprofundamento foi feito através da redução dos gastos públicos, aumento na taxa de juros com intenção de diminuir o volume de créditos internos e redução dos salários reais. Ainda influenciou os preços relativos de forma a influenciar o setor externo (GRIMAUD, 2011).

Diante da crise, em contrapartida ao empréstimo de \$ 4,4 bilhões de dólares negociados por Delfim Netto para receber em 4 prestações, porém o preço foi a assinatura das “cartas de intenções”. No total foram sete cartas: a primeira em 1983 trouxe a maxidesvalorização do cruzeiro; na segunda assinatura enviada ao FMI, o governo se compromete com medidas para substituição das importações e estímulo aos setores exportadores (MORAES, 2014).

Com essas médias houve uma grande recessão entre 1981 e 1983, seu aprofundamento trouxe grandes consequências, levando em consideração que o setor público no Brasil era responsável por algo entre 30% e 50% do investimento global, agindo também como intermediador do investimento privado. Porém, com essas medidas houve significativos

resultados, com um superávit na balança de pagamento de 6,9 bilhões, exportações líquidas de 4 bilhões, com uma redução de 2,5 bilhões nas importações (ABREU, et al, 1990)

A agricultura era outro fator que alimentava a inflação. Em 1983 no mercado interno foi registrado uma forte queda nos produtos base de abastecimento, como o arroz (- 21%), feijão (-46%), mandioca (-10%) e milho (-14), em decorrência principalmente destes fatores houve elevação dos preços agrícolas, medidos pelo IPA-OG: produtos agrícolas da FGV, acumulou 335% em 1983, em contrapartida um aumento nos produtos industriais de 200,5%, fazendo com que a indústria perca nas relações de troca com a agricultura, (ABREU, 1990).

Estes resultados por sua vez, fizeram com que o Brasil assinasse mais três cartas de intenção, todas agressivas, estipulando metas para os anos de 1984 e 1985, muito comprometedoras por parte do FMI para a situação instável do país.

4.3 Retomada ao crescimento

Com o mesmo ritmo de recessão, em 1984, na véspera de formalizar a sexta Carta de Intenções, em setembro, novas medidas restritivas são anunciadas, sendo o déficit operacional do setor público reduzido para 2,5% do PIB (MORAES, 2014).

Apesar das rígidas medidas, houve a recuperação econômica com resultados bastante significativos para a superação da crise, com crescimento do PIB (5,4%), da indústria (6,3%) e da agropecuária (2,6%). Estes resultados foram frutos do aumento das exportações de 1983 alcançando US\$ 21,9 bilhões em 83 para 27 US\$ bilhões (ABREU 1990).

Os bens de capital e intermediário não tiveram resultados tão satisfatórios com uma queda de 7%, outro resultado importante foi a diminuição das importações, fruto do programa de substituição, onde em 1984 atingiu 13,9 bilhões deixando um superávit de 13,1 bilhões. (ABREU, et al, 1990).

Em 1984 apesar dos expressivos resultados as políticas de contenção permaneciam, sofriam grandes críticas da oposição, observadas como manobras para que a nova gestão de 1985, que daria continuidade a restrição, trouxesse ainda o mesmo cenário do mercado financeiro internacional, deixando uma grande dívida externa, em que a articulação da sétima carta de intenções não tem êxito juntamente com outras negociações com os bancos. As crises e fracassos de 1984, toda a sua conjuntura política e crises sociais provenientes das reduções salariais, trouxeram o fim do regime militar (ABREU, et al, 2011)

Os movimentos populares foram tomando proporções à medida da evolução da crise da dívida e choques do petróleo. Em 1975 começam as manifestações populares em busca de custo de vida, movimentos por moradia, espoliação urbana, inflação constante e concentração de renda. No interior dessa conjuntura, merecem destaque as greves. Os movimentos operários também começam a tomar destaque e 1978/79, se reorganizando. (DIANE; GABRIELA, 2012)

Em 1983, com os debates para a sucessão de Figueiredo, toma força o movimento das “Diretas Já”, e se intensificando em 1984. Às vésperas da votação da proposta de emenda constitucional do Deputado Federal Dante de Oliveiral/PMDB-GO, que determinava o restabelecimento de eleições diretas para presidente já em 1985, trazendo com esses movimentos com proporções cada vez maiores em toda a sociedade brasileira com imensa capacidade de mobilização e grau autônomo. Porém, estes movimentos não foram suficientes para garantir as eleições diretas.

A ementa Dante Oliveira foi derrotada por 22 votos, houve a mobilização que antecedeu sua votação favoreceu o estabelecimento de articulações políticas que levaram à vitória, no Colégio Eleitoral, da chapa de oposição ao governo conhecida como Aliança Democrática, fruto de um acordo político entre o PMDB e a Frente Liberal, sendo eleitos, de forma indireta, Tancredo Neves como presidente e seu vice José Sarney. (DIANE; GABRIELA, 2012)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política econômica do Presidente Jânio Quadros foi explicitamente restritiva e possibilitou a obtenção de empréstimos perante o FMI, além da renegociação da dívida externa, com consequência política e social, trazendo descontentamento de grande parte da população. Após sua renúncia a transição para Goulart foi bastante conturbada, já demonstrando a instabilidade política do país, assumindo inicialmente com o regime parlamentarista.

Em 1963, assume sob o presidencialismo com o plebiscito de 6 de janeiro deste mesmo ano, onde lança o Plano Trienal, com medidas também claramente restritivas. Foi obtido um empréstimo de 398,5 milhões com a liberação, cerca 30 milhões, trazendo a submissão às exigências dos credores internacionais. Estes créditos que não foram suficientes para evitar a crise política interna, com a perda do poder aquisitivo da população, aparecendo uma oposição forte de esquerda, liderados por Leonel Brizola e Miguel Arraes com as reformas de Base. Em 1964, devido às pressões da oposição, houve o anúncio de novas medidas com maior mobilidade econômica. Atividades que não evitaram o Golpe Militar que estava por vir, havendo articulações políticas e implantação o Golpe militar em 31 de março de 2015.

O segundo governo dos Militares como presidente, Castelo Branco, lançou o seu Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG, trazendo novas metas para economia brasileira. No caso da Política monetária não houve grande êxito, com a expansão monetária maior que a taxa de inflação, não alcançando a meta do PAEG devido ao aumento das exportações e diminuição das importações, resultados ainda da maturação dos investimentos de Kubichek. A política salarial de cunho restritivo com reajustes anuais provocou grande descontentamento entre os trabalhadores e diversas manifestações trabalhistas duramente reprimidas.

As reformas de maior significância foram as fiscais e tributárias, com destaque para o FGTS, de forma a se organizar e aumentar as arrecadações do governo, eliminando os impostos menos significantes e realocando em outros. A reforma financeira buscou complementar ao Sistema Financeiro Brasileiro, buscando novas formas de financiamentos não inflacionários. Houve a criação do Banco Central, o Conselho Monetário Nacional (CMN) e ainda o Banco Nacional de Desenvolvimento, entre outras instituições como o Banco Nacional de Habitação.

A Política Fiscal trouxe maiores controles de déficit. A Política Monetária se deu pela contenção de gastos públicos assim como a introdução de correção monetária. A Política Salarial, dividindo o ônus da inflação pelo trabalhador e empregado.

A reforma tributária teve sucesso ao ponto de aumentar a carga tributária e desenvolver no sentido financeiro e econômico do país.

O milagre econômico ocorreu no governo Costa e Silva e Médici, resultantes de uma demanda ociosa. As exportações cresceram, devido ao panorama internacional e excesso de liquidez nos quais os credores internacionais estavam propensos aos empréstimos, assim como, dando início ao crescimento por endividamento pela necessidade da formação de poupança externa para viabilizar as taxas de crescimento.

O primeiro choque do petróleo conturbou o governo Geisel em 1974, resultando no início de seu governo uma mudança no cenário internacional, havendo o aumento nas taxas de juros e conseqüentemente da dívida externa; e internamente Geisel fez reformas de origem estrutural, atenuando as restrições externas ao crescimento estrutural e conjuntural, com o objetivo de eliminar os pontos de estrangulamento externo com o programa de substituição de importação. Mais tarde, fez com que a economia internacional se contraísse, posteriormente aliviada pelo surgimento do capital dos países membros da OPEP, recebendo o nome de Petrodólares.

O segundo choque do petróleo obrigou o Brasil a contrair empréstimos mediante ao FMI para pagar suas dívidas e investimentos. Agravadas as dívidas, à medida que o déficit na balança comercial crescia, por conseqüência aumentava em grande proporção a dependência financeira ao final do governo Geisel.

O governo Figueiredo entre 1979 e 1980 continuava a crescer, mesmo com o segundo choque do petróleo, o cenário internacional ainda sustentava o crescimento por endividamento, mesmo com o aumento dos *Prime Rate* e inflação. Para suprir o estrangulamento externo foi feita constantes desvalorização cambiais e foram empregadas, porém corroídas pela inflação, mesmo assim favorecendo os produtos domésticos, dessa forma, a combinação da política cambial e monetária com ajustes de preços relativos trouxe equilíbrio nas contas públicas.

Em 1981 e 1983, a falta de preocupação das políticas econômicas do início do governo Figueiredo fez com que o governo enfrentasse uma profunda crise, causada pelo excesso de endividamento, ocasionando uma grande recessão econômica e a submissão às condições do FMI. Em 1984 ocorreu o início da recuperação, começando com o crescimento do PIB, indústria e agropecuária.

O processo de redemocratização tomou força a partir do governo Geisel com as crises do petróleo e movimentos populares, como a dos trabalhadores que mesmo com a dissolução dos sindicatos, estavam em busca de melhores condições reais de vida buscava estabilidade de preços, moradias entre outros. E por fim, em 1984, com início do debate da sucessão de Figueiredo, influenciados pelos movimentos das “diretas já”, trouxe os representantes à presidência não militar, porém eleitos de forma indireta: Tancredo Neves e José Sarney.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. P., et al, **A Ordem do Progresso: Cem Anos de política Econômica Republicana**, 1.ed., Elsevier, Rio de Janeiro, 1990.
- BAER, W. **Economia Brasileira: Uma Breve Análise Desde o Período Colonial até a Década de 1970; Uma Abordagem Profunda da Economia Brasileira até 2002**, 2.ed., Nobel, São Paulo, 2002.
- BRUM, A. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**, 26.ed., Vozes, Petropolis, 2009.
- CAVARZAN, G. M. **Economia, Discurso E Poder: Os Bastidores Políticos Do Segundo Plano Nacional De Desenvolvimento**, Revista Aedos, v. 1, n. 1 (2008), disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/9817/5616>> acesso em: 13 jun. 2015.
- DIANE, S. P.; MARIA, O. G. S.; CUNHA, M. M. **Diretas Já, Um Movimento Social Híbrido**, Revista Debates, Porto Alegre, v.6, n.3, p.129-143, set.-dez. 2012.
- DIAS, T. F. L. **O Milagre Econômico Brasileiro: Estratégias Governamentais Para O Desenvolvimento Econômico e Controle Inflacionário Brasileiro, De1968 a 1973**, 2009. Monografia (Graduação) - Universidade Federal Do Espírito Santo, Vitória - ES.
- EDUARDO, F. B. **O PAEG e o Plano Trienal: Uma Análise Comparativa de suas Políticas de Estabilização de Curto Prazo**, Est. Econ., São Paulo, vol. 43, n.1, p.139-166, jan.-mar. 2013.
- ELIAS, V. N. **Diretas Já: a busca pela democracia e seus limites**, 2010, Universidade Católica de São Paulo, artigo (Pós-Graduação em Ciências Sociais) - São Paulo – SP
- FELIPE, G. D. **Os Eua E A Ditadura Militar No Brasil: Estratégias De Defesa E De Segurança Da Democracia**, Revista Eletrônica Boletim Tempo Presente. Disponível em: <http://www.temppresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5800&Itemid=200> acesso em: 13 mai. 2015.
- GIAMBIAGI, F., et al, **Economia Brasileira Contemporânea**, 2. ed., elsevier, 2011.
- GREMAUD, A. P.; VASCONCELOS, M.;TONETO, R. **Economia Brasileira Contemporânea**, 7.ed., Atlas S.A., 2011.
- MESQUITA M. C. **Brasil 1961-1964: Inflação, estagnação e ruptura**, [s. d.], disponível em: www.econ.puc-rio.br/pdf/td569.pdf acessado no dia 10 de março de 2015.
- MORAES, B. A. **Governo Figueiredo (1979 – 1985): FMI e Política Externa**, 2014. Monografia (Graduação) - Centro Universitário de Belo Horizonte, Belo Horizonte - MG.
- PEDRO, J. M., A política econômica da ditadura militar no limiar do “milagre” brasileiro: 1967/69, Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 99, set. 2000.
- PENHA, R. C. **Economia Brasileira no Período Militar**, Est., Econ., São Paulo, V. 23, N. 2, P. 185 – 226, mai.-ago. 1993.
- REZENDE, M. J. **A ditadura militar no Brasil : repressão e pretensão de legitimidade : 1964-1984**, Londrina : Eduel, 2013.
- ROBERTO, P. A. **A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica**, 14 de jun. de 2004. Disponível em: <www.pralmeida.org/05DocsPRA/1277HistorPlanejBrasil.pdf>. Acessado em 15 de julho de 2015.

SINGER, P., **A Crise do Milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

VALLE, D. **A Correção Monetária: Convívio Pacífico Com a Inflação**, 2013. Monografia (Graduação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro - RJ.

VISENTINI, P. F. **A política externa do regime militar brasileiro**, ed. 2, Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

WATANABE, F. B. **PAEG e o Milagre Econômico Brasileiro**, 2010. Monografia (Graduação), Faculdade de Economia e Administração de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto - SP.